

NARRATIVAS SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM FLORIANÓPOLIS

*Mara Coelho de Souza LAGO**

*Rosana de Carvalho Martinelli FREITAS***

*Elizabeth Farias da SILVA****

RESUMO: Este artigo apresenta resultados de pesquisa realizada por uma equipe multidisciplinar constituída por professores e estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina em Florianópolis. Tendo como sujeitos mulheres e homens atendidas/os pelo Programa Bolsa Família (PBF), assim como gestoras do Programa, e utilizando metodologia qualitativa, a pesquisa compõe investigação realizada pela Rede de Estudos Internacionais (SNIS) coordenada pelo Prof. François-Xavier Mérien da qual, no âmbito nacional, participaram pesquisadoras/es selecionadas/os pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Realizada em quatro bairros da cidade de Florianópolis, este recorte da pesquisa teve como objetivo discutir o significado atribuído ao PBF por seus/uas beneficiárias/os. Os resultados apontam para a aprovação e a importância da inclusão das/os entrevistadas/os no PBF, mas ressaltam particularidades locais que merecem ser consideradas num programa dessa magnitude.

PALAVRAS CHAVE: Programa Bolsa Família. Estratégias. Significado. Florianópolis.

* UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Instituto de Estudos de Gênero. Florianópolis – SC – Brasil. 88040900 – maralago7@gmail.com

** UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis – SC – Brasil. 88040900 – romartin@matrix.com.br

*** UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de Ciências Sociais. Florianópolis – SC – Brasil. 88040900 – lizbet@uol.com

Apresentação

Com destaque para algumas experiências locais pioneiras, os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PCTR), como políticas públicas de combate à pobreza, têm sido implantados no Brasil desde meados de 1980. Inicialmente criados de forma fragmentada, como Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Auxílio Gás, estes programas foram unificados a partir de 2003 no Programa Bolsa Família (PBF), que articula ações dos governos federal, estaduais e municipais na transferência direta de renda a famílias pobres e às que vivem em condições de extrema pobreza (BRASIL, 2004a, 2004b).

Os PCTR se fundamentam em uma perspectiva multidimensional de pobreza, alinhada às prescrições do Banco Mundial (BM) e outras agências multilaterais (FREITAS, 2010), que se apóiam na concepção de Amartya Sen (2010), de pobreza como privação de capacidades. De acordo com ele, o investimento no capital humano, através do exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, propiciaria o combate à pobreza futura, com a quebra do ciclo intergeracional de pobreza¹.

A gestão do PBF é realizada via Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS) que estabeleceu as bases de implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no país. Para o MDS, responsável pela implementação da Política Nacional de Assistência Social e pelo PBF, “[...] a pobreza no Brasil é resultado de um legado histórico e requer ações continuadas e integradas em diferentes áreas para o seu enfrentamento [...]” (BRASIL, 2013, p.1).

Este artigo teve como objetivo apreender significados que os próprios/as beneficiárias/os do PBF em Florianópolis atribuíam ao Programa. Trata-se de um recorte de uma pesquisa mais ampla que compõe investigação realizada pela Rede de Estudos Internacionais (SNIS) coordenada pelo Prof. François-Xavier Mérien da qual, no âmbito nacional, participaram pesquisadoras/es selecionadas/os pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e que foi realizada em quatro bairros da cidade de Florianópolis.

Contextualizando: método, lugares e sujeitos da pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. Em termos geográficos, o Estado ocupa apenas 1,13% da superfície

¹ Um investimento, portanto, em indivíduos, que não considera as causas estruturais da pobreza, em adesão a concepções liberais de política econômica.

do país, sendo sua dimensão territorial uma das menores do Brasil (SILVA, 2000, p. 1). Diferentemente de outras regiões do país, em que predominou a colonização europeia voltada para a grande lavoura de exportação em substituição à mão de obra escrava provinda do continente africano, no estado de Santa Catarina as colônias fundadas a partir dos movimentos de emigração europeia, basearam-se na exploração agrícola de pequenas propriedades².

O que essa população de colonizadores de etnias diversificadas desenvolveu em comum em Santa Catarina, foi a atividade rural voltada para a produção de alimentos³. O trabalho familiar, dependente do tamanho da família em propriedades pequenas, cuja divisão por herança é limitada, é um dos fatores que devem ser considerados na complexidade do fenômeno do êxodo rural, que desde meados do século XX alcança proporções agudas também em Santa Catarina, e que hoje resulta no processo global de acelerada urbanização das populações oriundas do campo.

As formas de ocupação de terras, com o predomínio da divisão em pequenas glebas (entre 23 e 30 hectares) em várias regiões do estado, influenciam e condicionam hoje parcela do perfil da titularidade das pessoas participantes do PBF no município de Florianópolis, que recebe grande contingente de migrantes em decorrência, em parte, do esgotamento da pequena propriedade. São populações empobrecidas, em busca de oportunidades de trabalho e sobrevivência, que incham as periferias urbanas, ocupando locais que as colocam muitas vezes em situações de grande vulnerabilidade e risco (FREITAS, 2010). Esses migrantes compõem um contingente populacional diversificado, que espera ser incluído em programas sociais implementados pelo Estado.

Em cidades costeiras como Florianópolis, cujo agravante é estar situada numa ilha que se estende pelo continente fronteiriço, essas populações ocupam morros e áreas de mangues, dunas e mananciais de águas ou áreas de risco das periferias urbanas, em situações de vulnerabilidade que ultrapassam suas próprias condições de pobreza.

Com relação à caracterização da pobreza no Ocidente, cabe a referência à obra de Simmel, publicada em revista alemã em 1907 com o título “Sociologia da Pobreza”, que continua atual, de acordo com Paugam e Schultheis (2008) na Introdução à edição francesa do livro. Simmel (2008) se interessa pelas formas institucionais que a pobreza assume numa dada sociedade, num momento específico de sua história. De acordo com o autor, a pobreza é identificada pela condição do sujeito como assistido pelo poder público. Nesta relação, a pessoa é pobre não por

² Fazem exceção os campos de Lages, na região do planalto catarinense, voltada para a criação de gado.

³ Em um regime de produção que podemos caracterizar como camponesa.

falta de meios para sobreviver, mas porque o Estado, com critérios determinados, reconhece a falta destes meios como definidora da pobreza. O autor aborda o tema articulando a pobreza aos sistemas de proteção aos pobres pelo Estado, o que aproxima sua análise das atuais versões dos PTCR, vinculados à assistência social. Do contexto analisado por Simmel (2008) no início do século XX, no entanto, não faziam parte as organizações internacionais de financiamento (Banco Mundial, Banco Internacional de Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional), de marcante influência na implantação dos PTCR na atualidade.

Nos discursos de organizações internacionais e dos programas que implementam políticas de transferência de renda, tem sido recorrentemente utilizada a concepção de **feminilização da pobreza** (CHANT, 2011; AGUILAR, 2011), resultando na priorização das mulheres como titulares de benefícios. Questão amplamente discutida nos estudos feministas, os quais complexificam medidas que reforçam as atribuições das mulheres como mães e cuidadoras, colando-as às responsabilidades com a casa e os filhos (SORJ; FONTES, 2009; COHEN, 2012; MARIANO; CARLOTO, 2009). Apesar da pertinência dessas críticas, pesquisas recentes sobre o PBF (PIRES; REGO, 2013) têm enfatizado seu papel na promoção da autonomia de mulheres, em função de seu acesso a uma renda monetária mensal, como pudemos constatar na pesquisa em Florianópolis. Questão essa que adquire maior importância em localidades muito pobres, com pouco acesso ao trabalho assalariado, como constataram Rego e Pinzani (2013) em pesquisa realizada em estados do Nordeste e no Vale do Jequitinhonha, ou Leitão e Inácio (2013) que estudaram mulheres de comunidades pesqueiras em Pernambuco.

Estes aspectos foram fundamentais para identificar o reconhecimento da interseccionalidade (BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008) como uma categoria importante na análise do conjunto de desigualdades presentes na vida de homens e mulheres, decorrentes de relações de poder econômico e político, especialmente quando atravessadas por fatores como classe, raça/etnia, idade/geração. Reconhecimento que implica em uma perspectiva interdisciplinar de análise que, nesse caso, demandou a utilização de metodologia com abordagem qualitativa, onde a relação dialógica entre pesquisadores/as e pesquisados/as pudesse dar espaço para a emergência de narrativas que falassem da complexidade das situações e sujeitos envolvidos. A pesquisa realizada com titulares do PBF em bairros de Florianópolis utilizou, assim, instrumentos do método etnográfico⁴.

⁴ O método etnográfico, que Cardoso de Oliveira (2000) caracteriza como dialógico, ressaltando nele a importância da interação subjetiva pesquisador/sujeitos da pesquisa, supõe o envolvimento de três atos cognitivos, conforme designação do autor: *olhar, ouvir e escrever*. Os dois primeiros são desenvolvidos durante o trabalho empírico, através das observações (com registros em diários de campo) e da escuta dos sujeitos da pesquisa, quando as entrevistas são os instrumentos fundamentais do fazer etnográfico.

Os critérios para a seleção dos lugares de pesquisa transcendem o quantitativo indicado pelo Cadastro Único (CadÚnico)⁵ para Programas Sociais do Governo Federal e se relacionam à trajetória de ocupação destes espaços pelos sujeitos pesquisados, a maioria migrante do estado catarinense, de outros estados do sul do Brasil, outras regiões do país e mesmo de países vizinhos.

Foram selecionados três bairros da cidade, em função do montante de famílias atendidas pelo Programa, dois na Ilha (Tapera, ao sul, e Vila do Arvoredo, ao norte) e o Bairro Monte Cristo, na parte continental da capital de SC, onde foi ainda objeto da pesquisa, por suas condições singulares, o bairro da Ponta do Leal, em que um número menor de famílias habita um espaço restrito.

Nos lugares nos quais foi realizada a pesquisa de campo, é de se destacar o emprego do termo **comunidade** para designar o espaço geográfico habitado por populações de baixa renda dentro de determinados bairros, que contrasta com os locais próximos, numa espécie de afirmação das pequenas diferenças. Como tem acontecido com a produção sobre classes populares urbanas no Brasil, a categoria comunidade recentemente perde parte de seu sentido inicial (TÖNNIES; WEBER; DURKHEIM apud DURHAM, 2004) e adquire novo sentido sociológico, referindo-se aos locais de moradia dos pobres, nas favelas e morros urbanos. Nessa pesquisa, foram tratadas como comunidade por moradores/as, a Ponta do Leal, a Vila do Arvoredo (antiga Favela do Siri) e os diferentes locais em que se divide o bairro Monte Cristo.

Tapera indica a antiga ocupação do sul da Ilha de Santa Catarina por descendentes de açorianos dedicados à agricultura e à pesca, com destaque para a coleta do berbigão, atividade que ainda se mantém. Com a implantação das instalações da Base Aérea em seu território e pela proximidade do Aeroporto Hercílio Luz, a localidade também esteve submetida à expansão populacional que ocorreu em toda a Ilha.

A Vila do Arvoredo, localizada na Praia dos Ingleses, é representativa da atração exercida pelo turismo que ocupou inicialmente as praias do norte da Ilha, dedicadas aos trabalhos da pesca e da agricultura desde a colonização açoriana. É também a exposição do efeito publicitário em que a Ilha de Santa Catarina aparece como Ilha da Magia.

No continente, Monte Cristo agrupa as populações relegadas às periferias urbanas e as novas gerações de migrantes egressas, em geral, do trabalho rural

O último ato, escrever, ocorre a posteriori, quando o pesquisador reflete sobre o material obtido no trabalho de campo para a produção do texto etnográfico.

⁵ No entanto, o acesso aos dados desse instrumento, que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda no país, foi muito importante para a definição dos locais de pesquisa pela equipe.

no interior de Santa Catarina e outros estados. É um bairro de grande densidade populacional, com diferentes comunidades, que surgiu da luta dos primeiros ocupantes do local nos anos de 1990, no que ficou conhecido como o Movimento dos Sem Teto. Apresenta diferentes tipos de moradias e conjuntos habitacionais construídos em épocas diversas.

Ponta do Leal, pequena localidade situada na extremidade limítrofe continental de Florianópolis, é pouco assistida pelos poderes públicos e recentemente tem se tornado centro de acirradas disputas territoriais pela construção da Avenida Beira Mar Continental que tornou este espaço particularmente valorizado.

A equipe dividiu-se para os contatos com os locais e moradores/as, iniciando os trabalhos de campo em janeiro de 2011, os quais se prolongaram até outubro do mesmo ano. Enquanto um grupo de pesquisadores se deslocava para a localidade da Tapera, iniciando os trabalhos de observação e buscando contatos com pessoas que poderiam mediar as relações com possíveis sujeitos de pesquisa, os demais membros da equipe iniciaram observações na Vila do Arvoredo, na Ponta do Leal e no bairro Monte Cristo. A equipe procurou contatar lideranças comunitárias, como presidentes de Associações de Moradores, agentes de saúde, de educação e assistência social, para intermediarem a apresentação às titulares do PBF, na maioria mulheres, que poderiam conceder-lhe entrevistas. Nos 10 meses de trabalho de campo nas localidades e bairros de Florianópolis, foram sendo produzidos pelos/as pesquisadores/as relatos em diários de campo, além de entrevistas livres, a maioria gravada para posterior transcrição e análise.

Foram entrevistadas 27 mulheres e três homens nos quatro locais de pesquisa, sendo a maioria delas e um dos homens, titulares do PBF. As idades das/os entrevistadas/os variaram de 77 a 21 anos, sendo entrevistada também uma adolescente de 15 anos, beneficiária do BF na Tapera, onde foi constatado um número maior de mulheres entrevistadas com idades superiores a 60 anos (quatro), condizendo com a condição de antiguidade do local, em relação aos outros bairros pesquisados.

Com relação ao nível de escolaridade, três entre as 30 pessoas entrevistadas se declararam “sem estudo” e sete não informaram sobre seus estudos. Entre as/os restantes, apenas uma mulher declarou ter cursado o 2º grau completo, enquanto duas mulheres informaram não terem terminado de cursar este nível de ensino. A maioria das mulheres entrevistadas (13) não completou o ensino fundamental. Entre os homens, um não informou seu nível de escolaridade, enquanto o mais velho deles (66 anos, titular do BF) cursou até a 3ª série do fundamental e o terceiro completou o ensino fundamental.

As mulheres entrevistadas eram na maioria casadas, sendo três viúvas. As cinco mulheres que se declararam solteiras eram mães, à exceção da estudante adolescente. O homem que possuía a titularidade do BF em favor dos netos (sua filha estava impossibilitada de se responsabilizar pelos filhos em função de doença degenerativa) era divorciado, assim como quatro das mulheres que participaram da pesquisa.

As pessoas entrevistadas se declararam evangélicas (11), católicas (sete), adventistas (três), espíritas (três), sem religião (três), sendo que três mulheres não deram informações sobre religião. Impressionou a equipe, especialmente na localidade da Tapera, a quantidade de templos evangélicos. Com respeito à questão da religião, as mulheres que se declararam espíritas, uma delas umbandista, estabeleceram estreita relação entre religião e saúde, falando de busca de cura para doenças, especialmente aquelas relacionadas ao sofrimento psíquico.

Em relação à diferença de cor, 15 mulheres e um homem se declararam brancas/o, sete mulheres e dois homens, pardas/os e cinco mulheres, negras. Embora algumas das entrevistadas tenham afirmado não terem sido objeto de preconceitos relacionados à cor da pele, uma das mulheres referiu ter sido discriminada no trabalho por questão racial, outra narrou episódios de discriminação por membros da família do marido. Várias narrativas relataram, no entanto, preconceitos relacionados aos locais em que residiam.

As/os entrevistadas/os desempenhava atividades laborais, em geral em condições de informalidade (artesã, catadora de latinha, faxineira). Várias pessoas eram aposentadas, algumas por invalidez, e duas declararam estar “na perícia”. Muitas das entrevistadas que possuíam empregos formais com registro em carteiras de trabalho, desempenhavam tarefas relacionadas aos trabalhos domésticos e de limpeza, em casas de família ou em empresas terceirizadas, e duas das mulheres revelaram trabalhar para a prefeitura, como garis. Quadro condizente com a expressividade do setor de serviços, em Florianópolis.

Apesar da diminuição dos níveis de fecundidade, que acompanha o fenômeno globalizado da urbanização, e dos índices que atestam a mudança dos padrões de crescimento demográfico no Brasil, a equipe se surpreendeu com o número elevado de filhos em algumas das famílias. As mulheres que possuíam mais filhos, tinham respectivamente 50 anos (12 filhos), 77 anos (11 filhos), 51 anos (10 filhos); foram entrevistadas duas mulheres de 47 anos (com oito e seis filhos), duas com respectivamente 41 anos e 39 anos, com cinco filhos, além de uma mulher de 32 anos, com seis filhos, e outra com 33 anos e cinco filhos. Dessas, apenas a mulher de 39 anos era natural de Florianópolis, sendo as demais migrantes do interior de Santa Catarina (sete) e uma do Rio Grande do Sul. Em 2010 a taxa de fecundidade

(mulher/filho/a) de Florianópolis, era de 1,2 o que indica que o número de filhos/as das mulheres entrevistadas está significativamente acima da média do município (PNUD; IPEA; FJP apud BRASIL, 2010a, p.1).

A formação de auxiliares, assistente e coordenadoras da pesquisa em diferentes áreas das ciências humanas, umas com tradição de atuações mais intervencionistas, como serviço social e psicologia, outras com vocação mais reflexiva e de observação, como sociologia e antropologia, não foi um processo sem dificuldades, mas, certamente resultou num enriquecimento da experiência de pesquisa de campo e análise do material obtido sobre as vivências de sujeitos atendidos pelo PBF, através do ver, ouvir e escrever teorizado por Cardoso de Oliveira (2000), em que a multidisciplinaridade de pesquisadoras/es pode se constituir em um exercício para a interdisciplinaridade⁶.

Florianópolis e o Programa Bolsa Família

Dados referentes ao censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011) assinalaram alguns aspectos da população catarinense. Em 2010 Santa Catarina possuía uma população estimada em 6.248.436, sendo 314.389 famílias de baixa renda (CadÚnico) e destas, 171.434 com perfil para atendimento no PBF. Em maio de 2012, 138.388 famílias estavam inseridas no PBF e em setembro de 2013, 141.210 famílias, representando uma cobertura estimada de 82,4% de famílias consideradas pobres no estado, recebendo o valor médio de R\$141,57 (BRASIL, 2013).

De acordo com o censo IBGE (2011), Florianópolis possuía uma população de 421.240 habitantes, com alto índice de concentração urbana (84% de residentes em área urbana e 16%, na área rural). Essa população era predominantemente branca, representando 84% do total; seguida pelos pardos, 12,4% da população; os pretos, 3%; amarelos, 0,3%; indígenas 0,2% (0,1% não declararam cor ou raça).

Alguns dados do contexto florianopolitano são importantes para melhor compreender as características do PBF no município. Entre as 33 Regiões Metropolitanas do País, as quatro primeiras no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁷ municipal ficam em Santa Catarina: Região Metropolitana de Florianópolis, Joinville, Blumenau e Tubarão. Das 10

⁶ Nessa pesquisa a equipe se defrontou com as questões da desigualdade, da pobreza, da migração, do adoecimento, em regiões da Ilha e do Continente. Esses temas extrapolaram as questões iniciais da pesquisa, emergindo das narrativas de entrevistadas/os, como é próprio do método etnográfico.

⁷ Sobre o indicador IDH, sugere-se consultar: disponível em: < www.pnud.org.br>. Acesso em: 12 fev. 2012.

primeiras colocadas, apenas quatro são de outros estados. Santa Catarina tem 27 cidades colocadas entre as 100 cidades brasileiras com melhor IDH. Dos 573 municípios com nível elevado de desenvolvimento humano, à época, 123 (mais de 20%) eram catarinenses. Florianópolis é considerada a capital brasileira com a melhor qualidade de vida e a quarta melhor cidade do país para se viver, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU). No entanto, é um espaço de muitos conflitos sociais e ambientais, nem sempre explícitos, frutos do modelo de desenvolvimento econômico em curso, e do crescimento desordenado (QUALIDADE..., 2012).

Com uma economia fortemente alicerçada no turismo houve a valorização do solo e isto restringiu o acesso e a aquisição de terrenos e/ou propriedades, potencializando inclusive o deslocamento de moradores tradicionais da Ilha das áreas que ocupavam até então, em decorrência do potencial turístico dessas e da expansão urbana sobre as praias (LAGO, 1996). Nessa dinâmica, moradores locais e advindos de outros municípios e estados, concentraram-se nas franjas dos manguezais, nas pontas de dunas, nas encostas dos morros, em áreas identificadas como de preservação permanente, ou de risco. Cabe destacar que das quatro localidades em que foi realizada a pesquisa, Vila do Arvoredo, Ponta do Coral e Tapera se localizam em áreas de preservação permanente, e o bairro Monte Cristo têm encosta considerada área de alto risco pela Defesa Civil. Merece destaque ainda o fato de que as ocupações irregulares em Florianópolis, estendem-se a grupos de alto poder aquisitivo, que também constroem em áreas proibidas.

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SANTA CATARINA, 2013) informa que o mercado de trabalho formal de Florianópolis em 2010, totalizava 254.222 postos, 29,3% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o estado no mesmo período. Os setores que mais aumentaram a participação entre 2004 e 2010 na estrutura do emprego formal do município foram os serviços e o comércio, e o que mais perdeu participação foi o da administração pública, o que estaria a indicar a menor presença do poder público municipal no âmbito das políticas sociais em decorrência da privatização direta e indireta de serviços.

O PBF começou a ser implementado em Florianópolis com a assinatura do Termo de Adesão do Município, no ano de 2005. Desta forma as famílias que recebiam os benefícios dos Programas Auxílio Gás e Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação, foram sendo remanejadas para o PBF (MARTINS, 2011).

Em Florianópolis, até 16 de maio de 2012, estavam inseridas no PBF 4.875 famílias, com benefícios que variavam de R\$ 32,00 até R\$ 306,00. Esta variação está relacionada ao número de pessoas integrantes na família e à renda familiar resultante.

Este total de atendimento perfaz 75,01% de famílias com perfil para inclusão no Programa. Em que pese a cidade ser conhecida pelos seus índices de qualidade de vida, documento do MDS (BRASIL, 2013) revela que em 2012 o número de famílias de baixa renda era de 17.544, sendo que as consideradas pobres, com perfil para inserção no PBF, perfaziam 6.499 famílias. Havia, assim, uma expressiva lista de espera para o Programa na capital catarinense⁸.

Seguindo as normativas do PBF, as prefeituras também estão submetidas à condicionalidades, entre elas, a atualização e encaminhamento dos dados e dos processos de (re)cadastro da família no período estabelecido. Se não realizam estas ações, deixam de receber recursos destinados pelo MDS (BRASIL, 2013) à gestão do PBF, e os beneficiários do município, no caso do não recadastramento, terão o benefício suspenso.

Analisando as narrativas

As perguntas iniciais das/os pesquisadoras/es estiveram relacionadas aos objetivos da pesquisa, referidos à intenção de analisar o PBF a partir dos significados que lhes eram atribuídos pelas/os próprias/os beneficiárias/os desse PTCR. Assim, além das informações sobre os sujeitos e famílias, as/os pesquisadoras/es perguntaram a respeito do Programa. Sobre as condicionalidades do BF⁹, as/os entrevistadas/os se referiram à obrigatoriedade da frequência à escola, considerando essa exigência de estudos para os filhos/as como positiva. Posição que reflete o que tem se constituído, segundo estudos de Zago (2000) em periferias urbanas da Região Metropolitana de Florianópolis, como o grande “projeto familiar” das classes populares urbanas e dos migrantes para as cidades: a preocupação com a escolaridade das novas gerações, um processo sempre sujeito a interrupções e discontinuidades.

Com relação aos exames de saúde, as entrevistadas ressaltaram, em suas idas aos postos para controles periódicos, a ação de pesarem as crianças. Em local como a Tapera, equipado com um bem estruturado Posto de Saúde, as/os moradoras/es que necessitaram de cuidados médicos elogiaram o atendimento recebido.

⁸ Em setembro de 2013, o PBF beneficiou 4.738 famílias, representando uma cobertura de 61,8 % da estimativa de famílias pobres no município, recebendo benefícios no valor médio de R\$ 132,22 (BRASIL, 2013, p.1).

⁹ O Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do SUAS assinala que o descumprimento de condicionalidades no PBF ou no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), constituem situações reveladoras do alto grau de vulnerabilidades das famílias, orientando sua priorização no atendimento e acompanhamento pelos serviços (BRASIL, 2010b, p.1).

A equipe constatou a falta de informações em linguagem acessível aos usuários, resultando em elevado nível de desconhecimento sobre o PBF, questão que se evidenciou nas falas de entrevistadas, “Meu Deus, tem que levar documento até da época da vó, tanta coisa” (Bianca, Monte Cristo). Segundo D^a Pequena do Monte Cristo: “Tem a ver com a renda, mas não faz sentido pra quem tá do outro lado”. As entrevistadas relataram grandes lapsos de tempo entre o pedido de inclusão no BF e o aviso de disponibilização do recurso. Deixaram transparecer também a confusão entre o PBF e outros PTCR, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), e fraco entendimento da passagem de programas como Bolsa Escola, Auxílio Gás, para o BF. A questão que apareceu com maior frequência foi a do desconhecimento da necessidade de recadastramento no Programa a cada dois anos. Para a maioria das entrevistadas que tiveram corte do benefício, esse desconhecimento foi o principal motivo. Segundo uma das entrevistadas: “achava que fazia uma vez e era para sempre”.

Sobre a titularidade das mulheres como responsáveis pelo recebimento do recurso, também houve consenso entre as pessoas entrevistadas. Todas consideraram esta política correta, com o argumento de que as mulheres sabiam melhor das necessidades dos/as filhos/as e famílias, “estavam por dentro”, o que foi repetido também pelos homens entrevistados.

Eu acho certo ser a mãe mesmo, porque a mãe está ali no dia a dia da casa e sabe o que está faltando. É roupa, um calçado, alimento, quem sabe é a mãe. O pai praticamente passa o dia todo fora. Eu acho legal que seja a mãe. (Maria Eduarda, Vila do Arvoredo).

Eu acho que é correto porque o que acontece, a mulher sabe toda a necessidade. A mulher, principalmente a mãe de família, não vai focalizar nela. Ela focaliza nos filhos [...] ela fica com fome para não ver o filho ficar com fome. Porque o homem mesmo vendo o filho chorá [...] vai compra cigarro, vai compra outras coisas [...] enquanto a mãe, não. (Adriano, Vila do Arvoredo).

Podemos perceber nestas falas a reiteração do papel das mulheres como mães e cuidadoras, colocando-se como as responsáveis diretas pela família. Um reconhecimento que tem sido tradicionalmente dispensado às mulheres e que mantém a dicotomização das atribuições masculinas e femininas na família, com a secundarização das funções das mulheres na sociedade, questão já destacada por Simone de Beauvoir (2000) desde o final da década de 1940. Posição que, segundo as críticas feministas, está em consonância com os objetivos dos PTCR e das instituições que os subsidiam a nível global e local, no sentido de dar autonomia

e força às mulheres, responsabilizando-as pelos filhos e o trabalho doméstico. É a política do *empowerment* das mulheres, que tem sido ditada pelas agências internacionais financiadoras dos programas de combate à pobreza. De acordo com Jenson (2012, p. 89), essas políticas de transferência de renda que destinam a titularidade dos benefícios às mulheres, têm apresentado o que a autora caracterizou como uma “sensibilidade de gênero”, distanciando-se das pautas históricas de luta dos movimentos feministas por igualdade de direitos e cidadania.

Algumas mulheres falaram que os homens, se recebessem, iriam gastar com cachaça, não pensariam na família. Uma das entrevistadas, no entanto, fez a ressalva de que não haveria diferença entre homens e mulheres serem titulares, contanto que se tratasse de uma parentela responsável tendo em vista que também há mulheres que gastam o salário com bebida e cigarro em vez de investirem no bem-estar dos filhos. Outra relatou que em sua casa as responsabilidades com os filhos eram divididas e tanto fazia o benefício estar em seu nome ou no do marido. Assim, em contraponto à naturalização de papéis masculinos e femininos, algumas entrevistadas relataram a participação dos pais no cuidado direto com os filhos e com os trabalhos na casa. Não foram apenas as mais jovens, mas aquelas com muitos filhos e muito pobres, como se as dificuldades conjuntas levassem a um estreitamento dos laços de solidariedade na família. Como costuma acontecer, e independente de classe social, essa participação masculina, no entanto, era considerada por muitas das entrevistadas como uma “ajuda” para a mulher.

A implementação do PBF suscitou debates em torno de várias questões no país e tem sido comum identificar na mídia, através de editoriais, colunas, artigos, noticiários de televisão, etc., como os gastos com os programas sociais do governo pressionam o sistema tributário e os contribuintes. No que se refere à forma como os recursos monetários são utilizados, a fala das entrevistadas foram expressivas quanto à importância do BF e a parcimônia com que o utilizam.

É um pouquinho para cada um. Um mês é para um, outro para outro, mas tem que contar, né? Porque calçado você aproveita mais, têm material escolar também [...]. (Marina, Vila do Arvoredo).

No começo só comprava comida, quando vinha aquele dinheiro era uma festa no supermercado, fazia a compra mesmo, aí quando chegava a época de escola, no começo do ano tirava todo mês um pouquinho pra comprar o material pra eles [...] eu toda a vida comprei bem, fiz bem o uso do Bolsa Família e pra mim foi muito importante, se não tivesse aparecido o PETI, se não tivesse pegando esse dinheiro, talvez não tivesse dado oportunidade aos meus filhos, a não ser tá catando reciclado até hoje. (Nívea Maria, Ponta do Leal).

De modo geral, as mães beneficiárias entendem o recurso proveniente do Bolsa Família (do PETI ou do Bolsa Jovem) como um dinheiro para os/as filhos/as, a ser utilizado em itens que digam respeito à prole. Na Grota, Monte Cristo, dona Salete, mãe de 12 filhos entre adultos e crianças, relatou “o governo fez uma coisa boa, porque é uma ajuda pras crianças... e mesmo pra gente, o dinheiro é bem aproveitado”.

Embora algumas pessoas costumem dizer que se trata de pouco dinheiro, “é muito para aqueles que não têm nada” (Teresa, Ponta do Leal). Nesse mesmo sentido, Joana (Vila do Arvoredo), que participara de encontros nacionais de mulheres sobre os PTCR, apresentou com clareza as diferenças de impacto do BF entre populações da região sul e do nordeste, entendendo que no nordeste o recurso do Programa muitas vezes é a única fonte de renda de pessoas em situação de extrema pobreza. Joana comparou ainda, os recursos do BF com as cestas básicas oferecidas aos pobres por instituições públicas e privadas, numa atitude de mero assistencialismo. Para ela o dinheiro do BF permite as pessoas escolherem os alimentos que desejam consumir. Ressaltou que uma cesta não é básica se não contém elementos básicos para uma alimentação saudável, como proteínas ou vitaminas, se não tem carne ou verduras, apenas carboidratos, óleo, grãos.

Na Tapera, duas entrevistadas relataram utilizar o recurso do BF para o pagamento de parte do transporte escolar dos filhos, que não conseguiram matrícula na escola da localidade e tiveram que frequentar a instituição em outro bairro, dependendo de condução escolar inexistente no setor público. As mães de duas adolescentes do mesmo local declararam repassar o recurso para as filhas, que decidiam o que comprar com o dinheiro, apreendendo a administrá-lo economizando, às vezes fazendo prestação para adquirir o que desejavam. O titular do BF entrevistado na mesma localidade, corroborado pela filha, mãe das três crianças atendidas pelo Programa, informou que os recursos eram utilizados para pagar o pão consumido pela família durante o mês.

Algumas mulheres responderam espontaneamente às críticas divulgadas pela mídia sobre o uso do BF. A garantia de um ganho fixo mensal lhes permitia o acesso a bens necessários, até então inacessíveis, e elas valorizavam a autonomia que isso lhes trouxera.

É o dinheirinho que a gente tem, que a gente conta. Não vou dizer que eu gasto só com eles. Às vezes bem na hora acaba um gás, tem uma conta de luz pra pagar [...] eu lavava a roupa na mão. É até absurdo hoje em dia uma mulher que se mata a trabalhar e lava a roupa na mão. Minha filha tirou uma máquina prá mim, eu to pagando com o dinheiro do Bolsa Família. Eu não tinha de onde tirar. E vai pra eles. (Rosa, Tapera).

Porque muitas pessoas olham para o vizinho e fala assim: pô o vizinho comprou uma geladeira nova, não merece receber o Bolsa Família! Mas eu já fiz, [...] uma geladeira, eu to comprando uma coisa pros meu filho! O fogão, o que custa você pegar uma prestação da Bolsa Família e pagar? É pra eles! (Marina, Vila do Arvoredo).

As famílias que vão perdendo suas casas e terrenos em função da urbanização das praias e dos espaços da Ilha e do continente, e as famílias de migrantes, que dependem de programas de combate à pobreza em Florianópolis, têm como uma demanda fundamental a questão da moradia, especialmente as que habitam em terrenos de mangues e próximos às dunas.

Aqui atrás é rio, é mangue [...] quando a maré tá muito cheia e chove dois, três dias sem parar, enche (...) a última que deu, eu tive que sair do meu quarto [...] veio até a cozinha. [...] os guris andaram de barco aqui, de caiaque no quintal, imagina. (Rosa, Tapera).

Porque todo mundo tem a mania de dizer que a gente invadiu, mas a gente não invadiu, foi comprado! [...] Essa areia aí é tudo minha [...]. Casa minha já foram três, quatro casas, que a areia enterrou. Essa aqui já é a quinta casa. Essa se chama abrigo da prefeitura, porque eles indenizaram a pessoa que morava aqui e me passaram para cá. Mas as outras todas eu construí com sacrifício e tirando dinherinho suado. Mas a areia não tem culpa, quem tem culpa somos nós. Nós que invadimos ela, ela é a natureza e está vindo. (Maria Eduarda, Vila do Arvoredo).

As lutas de moradores das periferias urbanas por melhores condições de habitação que se têm feito presentes de longa data também no Brasil, com muitos conflitos e envolvendo múltiplos interesses, têm resultado em negociações com os setores públicos para implantação de conjuntos habitacionais. Em Florianópolis não foi diferente e vamos encontrar alguns desses conjuntos no Monte Cristo, na estrada que leva à praia dos Ingleses, além de vários outros locais. No conjunto habitacional mais recente do Monte Cristo, impressiona a área destinada a cada família. São pequenas casas geminadas de dois pisos, com uma sala conjugada à cozinha no térreo disputando espaço com a escada que leva aos dois quartos e banheiro do segundo pavimento. Uma das entrevistadas ressaltou que esses projetos desconsideram que nessas casas muitas vezes não são só os pais e filhos que moram junto, mas irmãos, avós, netos.

Uma das habitantes da Vila do Arvoredo expressou a disposição daqueles que não querem aceitar as propostas do poder público municipal para a indenização de moradores e sua transferência para conjuntos habitacionais:

[...] mas eu não quero morar em um lugar daquele, não. Porque uma casinha assim é pequeninha, mas meus filhos têm o quartinho deles. Como eu vou morar num apartamentinho desses que são dois quartos, uma salinha e cozinha? Só se querem que eu coloque meus filhos penduradinhos [...]. Isto tinha que ser muito mais bem avaliado, porque não é uma coisa que vai ser de graça, a gente vai pagar por isso daí. (Maria Eduarda, Vila do Arvoredo).

Sobre as ações de remoção das populações que habitam áreas de preservação, as entrevistas trazem relatos dos limites de escolha dos pobres, mas falam também de agência e resistências, ao mesmo tempo em que ressaltam as diferenciações de classe que permeiam a aplicação das políticas municipais de ocupação do solo urbano.

As entrevistas realizadas com titulares do PBF em Florianópolis revelaram condições de pobreza e de extrema pobreza, em que as pessoas deixavam suas regiões, cidades, ocupações, a procura de melhores condições de trabalho, habitação, saúde, escolaridade. Esses movimentos, como indicava Eunice Durahm (1984) não costumam ser isolados, mas se apoiam em parentes e conhecidos que já fizeram a trajetória para a cidade de destino, podendo oferecer alguma acolhida aos migrantes que chegam com as famílias e os pertences que podem trazer. As pessoas que os recebem em geral já se alojaram em áreas periféricas das cidades para as quais migraram, muitas vezes residindo em terrenos sem condições de habitabilidade.

A observação e escuta das mulheres e homens que participaram como interlocutoras/es da pesquisa em Florianópolis apresenta uma outra face da cidade, marcada pela desigualdade e por estratégias de sobrevivência que atestam, em muitos casos, a precariedade das condições de habitação, de trabalho, de acesso ao consumo de bens materiais e simbólicos. Suas narrativas se contrapõem às propagandas veiculadas pelas agências de turismo e meios de comunicação, sobre a capital de Santa Catarina.

As evidências que poderiam ser consideradas como positivas em termos de acumulação do capital humano nas novas gerações, com a quebra do ciclo intergeracional da pobreza entre famílias incluídas no PBF, são muito tênues e de pouca magnitude, como constatou Martins (2011). Segundo a autora, um dos méritos do Programa foi o de reconhecer e dar visibilidade numérica aos milhares

de brasileiros que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza, permanecendo, contudo, o desafio de como erradicar suas causas e consequências para as atuais e futuras gerações.

Conclusões

A pesquisa realizada em localidades de Florianópolis, com mulheres e homens contemplados pelo PBF, evidenciou a heterogeneidade das classes trabalhadoras, no recurso a estratégias singulares para o enfrentamento das situações de pobreza.

Com relação aos objetivos da pesquisa com beneficiárias/os do PBF em Florianópolis, houve consenso na aprovação da titularidade atribuída às mulheres. Embora considerada por parte expressiva das/os entrevistadas/os como uma contribuição insuficiente, a renda do BF foi destacada como importante no sentido de contribuir para a autonomia das mulheres, que passavam a contar com um ganho mensal fixo, permitindo-lhes a tomada de decisões sobre o modo de gastá-lo. Importante para promover sua agência e autonomia, mas e seu *empowerment*? Com relação a isso, foi enfática a fala de Sônia, entrevistada na Tapera, que se definiu como muito realista: “é muito pouco, não vamos ganhar poder por causa disso”.

Como foi constatado na pesquisa, reforçando a responsabilização das mulheres pela família, o PBF privilegia a concepção hegemônica de família, com a presença de pais e filhos, sem considerar outros arranjos familiares, mesmo heterossexuais.

As condicionalidades foram consideradas positivas por todas/os entrevistadas/os, especialmente a escolarização das crianças e jovens, vista como investimento nas possibilidades de superação da pobreza pelas novas gerações. Com relação à saúde, vacinação e pesagem das crianças, atendimento de gestantes, as respostas não foram unânimes, refletindo os alcances dessa condicionalidade e os ruídos de comunicação no repasse das informações sobre o Programa. Ao lado das queixas sobre os problemas de saúde presentes em muitos relatos, os atendimentos médicos foram elogiados nas localidades que possuem postos de saúde bem instalados.

O trabalho, um dos temas recorrentes nas entrevistas, evidenciou a instabilidade e a informalidade das funções exercidas como trabalhadoras/es pelas mulheres e homens que participaram da pesquisa. O relato de Marina, da Vila do Arvoredo, ressalta este aspecto “Eu não deixo os meus filhos passar necessidade de nada. Eu trabalho pra eles, vendo, faço crochê. O que eu não faço? Eu não roubo!”.

Com relação aos aspectos informacionais do PBF, ficaram evidenciadas dificuldades na comunicação, por falhas na divulgação ou por inadequações na

forma da linguagem, incompreensível para usuárias/os, como se pode ouvir em muitos relatos.

As abordagens que utilizam critérios quantitativos para dimensionar a pobreza, como a da ONU, que estabelece a renda per capita de 1 dólar/dia por pessoa, contribuem para o deslocamento da discussão sobre as causas da pobreza. Contribuem ainda para a exclusão, das políticas públicas de proteção social, daqueles que se encontram fora dos escores de classificação/mensuração de pobreza. Essa concepção de pobreza e a forma de quantificá-la permitem o deslocamento da discussão sobre as causas estruturais que a produzem e reproduzem. Se as críticas ao Programa foram escasseando frente à legitimidade que adquiriu no país, persiste uma quietude normalizada que contribui para manter intactas as causas estruturais das desigualdades sociais. O PBF, acompanhado por estratégias de diminuição de conflitos e tendo como referência a pobreza como herança histórica do país vem desconsiderando o quanto a mesma é funcional ao sistema capitalista.

NARRATIVES ABOUT THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM IN FLORIANÓPOLIS

ABSTRACT: *This article presents the outcomes of a research carried out by a multidisciplinary team composed of professors and students from Universidade Federal de Santa Catarina in Florianópolis. By investigating representatives of, and women and men attended by the Bolsa Família Program (PBF) using a qualitative methodology, the research comprises a research carried out by Rede de Estudos Internacionais (SNIS)/ International Studies Network, coordinated by the Prof. François-Xavier Mérrien. The participants were researchers selected, in national ambit, by the Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). Run in four different neighborhoods in Florianópolis city, this part of the research aims at discussing the meaning attributed to the PBF by their beneficiaries. The results point at the approval and the importance of the inclusion of the respondents in the PBF, but they emphasize local particularities that must be considered in such relevant program.*

KEYWORDS: *Bolsa Família Program. Strategies. Meaning. Florianópolis.*

Referências

AGUILAR, P. L. La feminización de la pobreza conceptualizaciones actuales y potencialidades analíticas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.14, n.1, p.125-133, Jan./June, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802011000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago. 2011.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.26, p.329-376, 2006.

BRASIL. **Relatórios de informações sociais**. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/index.php>>. Acesso em: 18 out. 2013.

_____. Perfil do município de Florianópolis/SC. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, [S.l.], 14 p., 2010a. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_print/FLORIANOPOLIS_SC>. Acesso em: 12 jan. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate A Fome. Comissão integral tripartite. **Protocolo de gestão integrada de serviços, benefícios e transferência de renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**. Brasília, 2010b. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/publicacoes-para-impressao-em-grafica/protocolo-de-gestao-integrada-de-servicos-beneficios-e-transferencia-de-renda-no-ambito-do-sistema-unico-de-assistencia-social-suas>>. Acesso em: 05 ago. 2011.

_____. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 jan. 2004a.

_____. Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 set. 2004b.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.

CHANT, S. Female headship and the ‘feminisation of poverty’. In: _____. **Women worldwide: transnational feminist perspectives on women**. New York: McGraw-Hill Higher Education, p. 334-336, 2011.

COHEN, Y. Le genre des États-providence: maternalisme et familialismeen France et Canada. **Revue Française des Affaires Sociales**, Paris, n.2-3, p.32-51, 2012.

DURHAM, E. R. Comunidade. In: DURHAM, E. R.; THOMAZ, O. R.; FRY, P. **A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p.219-225.

_____. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FREITAS, R. C. M. A construção de uma agenda para as questões de gênero, desastres socioambientais e desenvolvimento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.18, n.3, p.889-899, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Censo demográfico 2010**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

JENSON, J. Políticas públicas e investimentos sociais: quais as consequências para a cidadania social das mulheres. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.17, n.32, p. 87-106, 2012.

LAGO, M. C. de S. **Modos de vida e Identidade: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.

LEITÃO, M. R.; INÁCIO, P. H. O PBF na voz das pescadoras artesanais do litoral de Pernambuco. In: LEITÃO, M. R. (Org.). **Gênero, trabalho e pesca artesanal: troca de saberes entre academia e comunidades tradicionais**. Recife: Ed. da UFRPE, 2013. p.71-95.

MARIANO, S. A.; CARLOTO, C. M. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.17, n.3, p.901-908, 2009.

MARTINS, A. P. **Pobreza e proteção social: um estudo sobre a permanência e a inclusão intergeracional das famílias inseridas no Programa Bolsa Família (PBF) em Florianópolis**. 2011. 115f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

PAUGAM, S.; SCHULTHEIS. Naissance d'une sociologie de la pauvreté. In: SIMMEL, G. **Les pauvres**. Paris: Quadrige, 2008.

PIRES, F.; REGO, W. (Org.). Dossiê 10 anos do Programa Bolsa Família. **Revista Política e Trabalho**, João Pessoa, n. 38, v.1, Ano 30, 2013.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, n.2, v.11, p.263-274, 2008.

QUALIDADE de vida. **Santa Catarina Brasil**. Disponível em: <<http://www.santacatarinabrasil.com.br/pt/qualidade-de-vida/>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

REGO, W.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2013.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. **Resumo executivo santa catarina em números – 2013**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>> Acesso em: 12 set. 2013.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. Revisão técnica de Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, E. F. **Ontogenia de uma universidade: a Universidade de Santa Catarina (1962-1980)**. 2000. 291f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SIMMEL, G. **Les pauvres** (1907). 3.ed. Paris: Quadrige, 2008.

SORJ, B.; FONTES, A. Les politiques publiques au Brésil et l'articulation entre travail et famille: une comparaison interrégionale. **Cahiers du Genre**, Paris, n. 46, p.1555-1176, 2009.

ZAGO, N. Processos de escolarização nos meios populares – as contradições da obrigatoriedade escolar. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G., ZAGO, N. (Org.). **Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p.17-43.

Recebido em 27/01/2014.

Reapresentado em 19/09/2014.

Aprovado em 09/11/2014.